

Transposição do Rio São Francisco e alternativas de desenvolvimento: para onde vai o semiárido nordestino?

Flávio Lúcio Rodrigues Vieira

RESUMO

Este trabalho se propõe a entrar no debate sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco para pensá-la dentro de um projeto mais global de desenvolvimento para o Semiárido nordestino, uma região que vive em estágio de regressão econômica desde os anos 1960, e mantém inalterada, na maior parte dos espaços que a compõem, as estruturas arcaicas herdadas ainda do período colonial. Nesse sentido, a disponibilidade permanente de água é indispensável para pensarmos alternativas econômicas para o Semiárido. No caso do que aqui é pensado, a transposição é necessária para abastecer as populações urbanas que já são mais da metade da população dessa região, e para viabilizar projetos de desenvolvimento econômico, tanto urbanos como rurais.

Palavras-chave: Transposição; Rio São Francisco, desenvolvimento; Nordeste; Semiárido

INTRODUÇÃO

O debate sobre a transposição do Rio São Francisco, no Nordeste e fora dele, faz parte cada vez mais da agenda política nacional, deixando de ser um tema de interesse exclusivamente regional, principalmente após a última greve de fome do Bispo de Barra - BA, Dom Luiz Cápio, o que produziu visíveis efeitos políticos, principalmente em meios mais intelectualizados de esquerda. Há, nesses meios, uma propensão maior em aceitar argumentos em cujo centro esteja uma difusa preocupação com o meio ambiente, além de uma desconfiança para com ações que tenham origem no Estado, principalmente quando os que a elas se opõem são ONGs de defesa do meio ambiente e organizações políticas da importância do MST.

É preciso dizer, antes de tudo, que há um ambiente propício para tal: nunca as questões ecológicas estiveram tão em evidência como nos últimos anos e, mais recentemente, quando o problema do aquecimento global e as questões climáticas ganharam um espaço nunca antes observado na mídia global. Sinais dos tempos ou isso significa que os governos dos países desenvolvidos finalmente começaram a levar a sério as questões climáticas, não por alguma *fraqueza humanitária*, mas

pela seriedade da questão energética como fator determinante para a sobrevivência do capitalismo no futuro? E a questão da água é apresentada como um dos mais sérios problemas a serem enfrentados pela humanidade já no século XXI, produzindo cenários de catástrofe que incluem até guerras pelo controle de reservatórios de água.

Ajuda também nesse clima de desconfiança um certo amadurecimento crítico produzido nas últimas décadas no meio acadêmico, especialmente nordestino, a respeito das propostas de enfrentamento dos problemas sociais e econômicos do semiárido nordestino, especialmente quanto à chamada “solução hidráulica”, expressão que sintetiza as políticas postas em prática nessa região desde o final do século XIX e cujo sentido mais geral do termo é dizer que o problema desse espaço é exclusivamente a escassez de água devido às secas cíclicas que ali ocorrem. A “solução” posta em prática foi, principalmente, o esforço de ampliação da capacidade de armazenamento de água através da construção de açudes. O resultado disso foi a manutenção da estrutura fundiária e até, depois dos anos 1970, a intensificação da concentração da terra nesse espaço.

Longe das mitificações que têm permeado esse debate, este artigo pretende contribuir para uma discussão racional sobre o tema, ou seja, nem cair na pregação apologética de setores políticos, especialmente nordestinos, que pensam a transposição do Rio São Francisco como um projeto de redenção do semiárido – sabe-se lá o que isso significa –, nem muito menos embarcar no discurso dos que se opõe ao projeto sob os argumentos de aparente generosidade política, porque se assentam em preocupações ecológicas e sociais, mas que são abertas mitificações ideológicas, como vamos procurar demonstrar aqui.

Aqui se que procura vislumbrar um projeto de desenvolvimento para o semiárido, sendo o projeto de transposição parte essencial dele. E qualquer projeto de desenvolvimento, não apenas para o semiárido, só se viabiliza através de disponibilidade de água, seja para consumo humano, seja para atividades econômicas, não só no campo como na cidade. Eis outro aspecto desconsiderado nesse debate: o semiárido é pensado apenas como região agrícola, apesar de quase 60% de sua população viverem em cidades. Portanto, mais do que os impactos exclusivamente rurais da transposição, é preciso enxergar a região semiárida na sua totalidade. Principalmente as pequenas cidades, no curto prazo, precisam de água para consumo humano, ou até quando vamos conviver com as imagens dos burros e dos carros-pipas que invadem os noticiários a cada período sem chuva nessa região? No campo, especialmente, uma alteração substancial dos alarmantes índices de pobreza só se viabilizará através de uma ousada política de distribuição de terras, associada a uma política de desenvolvimento agrícola e rural que torne possível a manutenção do homem no campo pela sua inserção econômica como produtor autônomo, ou seja, que essa política possa viabilizar capacidade de produzir excedentes agrícolas para o mercado, superando outra tendência histórica da economia agrícola do semiárido que é a produção de subsistência.

Ao invés de aqueles que se opõem à transposição se perfilarem junto daqueles que se opõem ao projeto por razões de mercado, como é o caso dos grandes produtores de frutas do Vale do São Francisco, trata-se de defender uma transposição desnudando a realidade social e econômica da região e postulando um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido. É isso que vamos defender aqui.

O problema do abastecimento de água das populações urbanas do semiárido

Os problemas que o homem enfrenta com a escassez de água são tão antigos quanto o próprio homem, mas nas últimas décadas essa questão ganhou um *status* de tamanha importância que a idéia, disseminada pela grande mídia internacional através dos dados e projeções de instituições como a ONU ou de ONGs como o WWF (*Worldwide Fund for Nature*), de que o problema da escassez de água deverá ser o mais grave problema da humanidade ainda durante o século XXI popularizou-se. O intenso processo de urbanização – que tem verdadeiramente esvaziado o campo, e provocado grande impacto não apenas nas mega-aglomerações urbanas, mas nas cidades de médio porte –, a poluição dos rios e de muitos mananciais, o crescimento populacional sem o necessário acompanhamento da oferta de água, entre outros fatores, dão sustentação a previsões catastróficas sobre o futuro da água no planeta.

Pelos dados da ONU, 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, que representam 18% da população mundial, que em 2015 deverá ser de 7,2 bilhões de pessoas (em 2002, eram 6,2 bilhões de pessoas). É bom lembrar que esses números muito pouco atingem os países desenvolvidos: 95% do crescimento populacional, bem como quase todo o contingente da população sem acesso à água potável provêm dos países “em desenvolvimento”. Por outro lado, do total de água existente no planeta, apenas 2,5% são reservatórios de água doce, dos quais 68,7% estão congelados nas calotas polares (WHO/UNICEF, 2005). Assim, segundo as previsões da ONU, antes de 2025 aproximadamente dois terços da população mundial (algo em torno de 5,5 bilhões de pessoas) viverão em áreas que enfrentarão problemas com escassez de água. (WHO/UNICEF, 2005).

Entretanto, é bom observar: se há hoje escassez em muitas regiões do planeta, especialmente em regiões da África e da Ásia, o Brasil vive uma situação inversa: aqui estão concentradas 13,7 % de toda a água doce do mundo. Ou seja, o problema não é de escassez, mas de má distribuição territorial da água. Esse quadro é válido, inclusive, dentro do próprio Brasil, como é o caso da Amazônia (exemplo de uma região que tem excedente de água) e do semiárido nordestino (marcado por uma escassez que se aprofunda a cada dia). Mesmo no interior dessa última região, é possível observar a distribuição desigual da água: enquanto em alguns espaços convive-se com excedentes de disponibilidade de água, principalmente nas cidades banhadas pelo São Francisco (Petrolina-PE, Juazeiro-BA e tantas outras), ou próximas de grandes barragens e grandes açudes públicos (Coremas-PB, Orós-CE, Serrita-PE), em outros o abastecimento das populações depende da existência dos carros-pipa, que se tornou um símbolo da escassez de

água das pequenas populações urbanas do semiárido nordestino. No campo, é comum o abastecimento de água a partir dos chamados “barreiros”, pequenos açudes construídos próximos às residências e que, pela cor da água, é possível adivinhar de onde provém essa denominação.

Assim, não só é plenamente justificada uma política de transferência de água onde ela não é apenas excedente, mas é desperdiçada pela evaporação ou porque é simplesmente despejada no mar, não resultando em nenhuma utilidade para o homem: no caso do São Francisco 95% de suas águas correm livres e soltas para o mar.

Segundo o que consta no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do atual projeto de transposição do Rio São Francisco – documento elaborado, é bom que se diga, com a contribuição de 40 especialistas, entre eles, biólogos, engenheiros agrônomo, engenheiro de recursos hídricos, hidrólogos, engenheiros civis –, e que, a nosso ver, deveria ser a referência principal desse debate, apesar de normalmente ser pouco considerado pelos contrários ao projeto de transposição:

“O objetivo principal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é assegurar a oferta de água para uma população e uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas. Não raro, ações emergenciais são aplicadas para atenuar a situação, mas não atingem os pontos centrais do problema: a pouca disponibilidade e a má distribuição de água na região”. (RIMA, 2004, p. 9)

Apesar de alguns questionarem o fato apontado acima, afirmando que a água do projeto de transposição não se destina ao abastecimento humano, é preciso afirmar não ser mais possível, em pleno século XXI, continuarmos a conviver com uma tragédia social que se agrava a cada dia numa das regiões mais pobres e desiguais do planeta. A fraseologia de esquerda, por parte dos que se opõem à transposição, esconde, na verdade, posições conservadoras, que são resultado, de um lado, de uma visão idílica sobre um sertão e uma vida sertaneja que começam a se esfumar, e que, na prática, prefere a manutenção do atraso e da pobreza, da dependência dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais ao latifúndio.

A escassez de água no semiárido nordestino não atinge apenas as paisagens áridas daquela região, não é uma foto a ser pregada na parede ou nas teses acadêmicas, ela é um fato da vida daquelas populações, tanto que o consumo humano médio de água diário (50 litros por habitante) está muito abaixo do recomendado pela ONU que é de 120 litros (RIMA, 2004, p. 9-10). Nos Estados Unidos, esse consumo chega a 380 litros, ao passo que são os EUA os principais poluidores das águas potáveis do planeta, descarregando nos seus rios aproximadamente 90% dos esgotos e 70% dos resíduos industriais produzidos. Essa grave situação de escassez de água no Nordeste se combina com uma particularidade que agrava muito esse problema: o semiárido nordestino é a região semi-árida mais povoada do mundo. Ela ostenta, considerando as suas condições

sociais e ambientais, uma altíssima densidade demográfica (21,59 hab/km), que chega a ser superior a brasileira (19,87 hab/km).

Os dados que apresento a seguir expõem a dimensão do problema e dos desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelo Estado. Segundo os dados do censo de 2000, são mais de 19 milhões de habitantes vivendo no semiárido nordestino, o que representa mais de 10% de toda a população brasileira – nos espaços que serão beneficiados pela transposição de águas do Rio São Francisco vivem mais de 12 milhões de pessoas. Desses, 56% da população (ou seja, mais de 11 milhões) vivem em cidades. Assim, quem imagina o semiárido como uma região rural deve mudar imediatamente de romper com essa idéia, e esse fato é um agravante a mais, já que as aglomerações urbanas produzem uma crescente demanda por água potável. Para se ter uma idéia das especificidades do nosso semiárido, apenas 3% da população mundial vivem em regiões semi-áridas. (Carvalho e Engler, 2003).

Se antes dos anos 1970, a população do semiárido era majoritariamente rural, agora o crescimento das cidades e de suas populações agravam ainda mais a situação. Cidades como Campina Grande, que tem uma população de quase 400 mil habitantes, incrustada no coração do semiárido paraibano, sofre com graves problemas de abastecimento de água, não apenas para o consumo humano – há exatamente 10 anos, Campina Grande viveu um grave racionamento de água, quando sua população só tinha acesso à água potável durante quatro dias na semana –, como para investimentos industriais. O que aconteceria se cidades desse porte viessem a entrar em colapso total no seu sistema de abastecimento de água? Quais as repercussões sociais e políticas de uma catástrofe dessa magnitude?

Um outro dado que torna a situação socioambiental do semiárido nordestino ainda mais grave e preocupante é esse: 92% de toda a água proveniente das chuvas são consumidas pela insolação, evaporação e evapotranspiração, o que quer dizer que apenas 8% dessa água é aproveitada na agricultura, na dessedentação de animais e no consumo humano. Em outras regiões semi-áridas do mundo essa perda chega, no máximo, a 45% (Carvalho e Engler, 2003). Os altos índices de evaporação ajudam a intensificar os efeitos das secas, pois aceleram a perda dos reservatórios de água existentes e dificultam a sua manutenção nos períodos de seca.

Água e desenvolvimento econômico para o semiárido

Em termos econômicos, o semiárido nordestino vive, desde os anos 1960, em estado de regressão econômica. A concentração da renda também se aprofundou nos últimos 30 anos, já que, por exemplo, o PIB *per capita* dos seus habitantes evoluiu de pouco mais de US\$ 600,00 para mais de US\$ 1.200,00, enquanto decresceu o PIB relativo dessa região, que, em 1970, representava 64,61% do PIB “Restante da Área da Sudene” e hoje representa apenas 40,32%, o que significa dizer que, mesmo com a expansão econômica verificada no

Nordeste como um todo nas últimas décadas, o semiárido nordestino regrediu em termos econômicos, com claros rebatimentos nas condições de vida dessa população (Ibid. pp. 9-10), especialmente tendo em conta a sua conhecida concentração fundiária (a mais alta do país), na qual as pequenas propriedades correspondem a apenas 5,5% das terras, enquanto as grandes propriedades equivalem a 30%, só considerando as propriedades com mais de 1.000 ha. (Suassuna, 2002).

Assim, além da questão estritamente biológica (água para consumo humano e animal), existe o desafio de encontrar alternativas econômicas para o semiárido, que esbarra na limitada disponibilidade de água. Em termos estritamente econômicos – e não há condições para superação das difíceis condições de vida da população pobre do semiárido a não ser a criação de alternativas econômicas que gerem emprego e renda –, a situação, também nesse ponto, é extremamente difícil. Segundo o RIMA: “Em termos de disponibilidade de água para usos diversos – que é essencial para geração de emprego e renda – a região do projeto apresenta índice inferior ao valor considerado crítico pela ONU, que é de 1.000 m³/s por habitante por ano, e que é indicador de baixa sustentabilidade para a população da região” (RIMA, 2004, p. 10). Ora, como é possível atrair investimentos, especialmente urbano-industriais, se um bem essencial para qualquer atividade econômica não está disponível, nem em níveis adequados para o consumo humano.

Nesse sentido, o Projeto de Transposição do Rio São Francisco procura desenvolver uma visão global dos problemas e soluções para o semiárido nordestino, não apenas restrita à questão da agricultura e do desenvolvimento rural, apesar desse aspecto ser essencial. Vale a pena citar o RIMA mais longamente:

“(…) A população, tanto urbana quanto rural, as indústrias, os pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região para gerar empregos, renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Se a chuva não cair as águas do Rio São Francisco garantirão o abastecimento humano, das safras agrícolas, das atividades industriais e do turismo.

“Como conseqüência direta dessa integração, deverá ocorrer uma elevação na qualidade de vida da população, com melhoria dos sistemas de saneamento básico e crescimento de atividades produtivas que têm na água um de seus mais importantes componentes. O Projeto também deverá contribuir para a fixação da população na região, sobretudo na área rural, sujeita, de longa data, a um processo contínuo de migração, seja para outras regiões do País, seja para outros pontos do Nordeste onde a escassez de água não é tão intensa. Do ponto de vista econômico, a integração deverá contribuir para a diminuição dos gastos públicos com medidas de emergência durante as freqüentes secas, uma vez que a oferta de água será, maior e o impacto das secas reduzido.” (RIMA, 2004, p. 11)

Portanto, o debate sobre a transposição do Rio São Francisco não pode estar deslocado do debate sobre as políticas de desenvolvimento para o semiárido nordestino. É nesse sentido que deve ser pensada a questão da água e, mais especificamente, do projeto de transposição com vistas à integração do Rio São Francisco com os rios Jaguaribe, Apodi, Piranhas-Açu e Paraíba. A exclusão dessa questão simplifica a discussão e a transforma, como já se disse aqui, num jogo de mitificações.

Tratemos, então, da primeira questão relevante que é apresentada nesse debate: o projeto de transposição do Rio São Francisco é mais uma maneira de dar continuidade à chamada *solução hidráulica*? Os que o defendem apenas endossam essas políticas? Entremos então nesse debate. A política de construção dos grandes açudes atendeu, inquestionavelmente, aos grandes proprietários de terra. Tais políticas foram um complemento das estratégias de rebaixamento do valor de reprodução daquela população rural secularmente empobrecida, ao lado da tradicional agricultura e pecuária de subsistência, além de manter, num nível aceitável, a estabilidade política na região semi-árida.

Essas políticas resultaram do domínio político de uma oligarquia que foi apeada de sua hegemonia após 1964, mesmo fazendo parte do bloco que assumiu o controle do Estado com o golpe militar. Então, não vamos dissociar, por razões estritamente políticas, as políticas do Estado para o desenvolvimento econômico das relações políticas que lhe dão suporte, ou alguém acha que a força econômica e política dessa oligarquia ainda se mantém ao ponto desta conseguir enfrentar – e vencer – um embate da dimensão que se configura hoje a luta pela transposição do Rio São Francisco? Esse embate envolve, pelo lado dos que são contra, uma agregação da amplitude política e ideológica que inclui o agronegócio do Vale do São Francisco, o empresariado paulista, a grande imprensa do Centro-Sul, alguns intelectuais do Nordeste, e fora do Nordeste, além de setores da Igreja Católica e o MST.

Nesse sentido, há uma nítida contradição no discurso dos que se opõem ao projeto: eles partem do argumento de que a transposição representa mais um capítulo da “solução hidráulica”, mas esquecem – ou propositadamente omitem esse fato – de que essas políticas, na conjuntura em que foram colocadas em prática, expressavam, na região, a hegemonia política dos grandes proprietários rurais sertanejos que compunham um bloco de poder que se originou ainda durante o século XIX e se prolongou até os estertores do Regime Militar, e cuja vitória de Tasso Jereissati para o governo do Ceará, em 1986, representa o marco final da perda dessa hegemonia. Como se diz popularmente, essa oligarquia, em termos políticos – porque economicamente ela já entrara em inanição – tinha morrido e não sabia. Essa é uma questão essencial para delineamentos futuros de qualquer estratégia de desenvolvimento para o Nordeste: o reconhecimento de novas configurações sociais no Nordeste e, portanto, de novas hegemonias políticas e novos blocos de poder.

Aqueles que se opõem ao projeto de transposição continuam a afirmar que o grande interessado é o *futuro* agronegócio que se desenvolverá na região. Ora, ou uma coisa ou outra! A não ser que prevejam uma *metamorfose* tardia desses grandes proprietários em “agronegociantes” ou, num exercício de futurologia que prescindem da avaliação prévia que os capitalistas fazem para criar um novo negócio – o estudo da experiência brasileira com o uso da irrigação indica que, em média, são necessários 15 anos para que os investimentos iniciais se tornem rentáveis, sendo esse especificamente um dos principais argumentos do Banco Mundial para se opor ao Projeto de Transposição (Banco Mundial, S/D, p. 5). É bom não esquecermos que as mudanças promovidas, por exemplo, no Vale do São Francisco, foram, em grande medida, propiciadas pelo Estado nos anos 1970. E não foram os antigos Coronéis que lideraram os investimentos no Vale do São Francisco: foram grupos empresariais, inclusive japoneses, e grupos políticos familiares urbanos, a exemplo de ACM e Marco Maciel, que possibilitaram uma impressionante transformação daquele espaço, mantendo e reproduzindo as mazelas do desenvolvimento econômico brasileiro e nordestino, com riqueza e pobreza convivendo lado a lado. Lembremos ainda que não foi só a disponibilidade de água que criou o agronegócio no Vale do São Francisco. Ali, os investimentos do Estado foram pesados para implantar infra-estrutura de irrigação, promover pesquisas direcionadas para culturas irrigadas através da EMBRAPA, assistência técnica, através da EMATER, infra-estrutura urbana (meios de comunicação, transportes, eletrificação, comércio e crédito), além dos estímulos fiscais e creditícios das diversas instituições bancárias que atuavam no Nordeste. Por último, mas não menos importante, um fator essencial para que aqueles empreendimentos nascessem e prosperassem foi a construção da Barragem de Sobradinho, que regularizou definitivamente a vazão do Rio São Francisco e permitiu um fluxo constante de água em níveis adequados para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, que não resistiriam às enchentes regulares (LIMA e MIRANDA, 2001, p. 614). Portanto, não basta a existência de água para o advento de negócios desse porte. É necessário antes que as condições do Estado e uma estratégia de desenvolvimento articulada permitam que modelos do tipo que se desenvolveu no Vale do São Francisco se estabeleçam e se desenvolvam. O problema não é a água – tornamos a repetir: não existe projeto de desenvolvimento, não apenas no semiárido, mas em qualquer lugar do mundo, sem água – mas os modelos de desenvolvimento econômico e seus objetivos sociais. O que está em jogo mais uma vez se resume na provocação de Wolf (1976): *desenvolvimento para quê e para quem?*

Por fim, é sempre bom registrar que aqueles que iniciaram a crítica à solução hidráulica, a exemplo de Guimarães Duque e Celso Furtado, não tinham em vista exclusivamente o olhar voltado para a política de armazenamento de água em si, mas pelo fato de que elas não vieram acompanhadas de políticas que viabilizassem tanto as transformações das estruturas sociais e econômicas, especialmente da propriedade da terra, como também do acesso democrático à

água para a pequena produção agrícola. Ao invés de se oporem à irrigação, como procuram fazer crer os opositores da transposição, Duque e Furtado a defendiam com entusiasmo. Guimarães Duque, por exemplo, fez uma defesa enfática da irrigação como uma alternativa para manter os níveis de produção agrícola, especialmente em anos de seca, já que, para o grande proprietário, a irrigação exigiria “conhecimentos e trabalho disciplinado, preferindo ele manter-se nas atividades tradicionais (comércio de algodão e criação de gado), enquanto, para o trabalhador rural, durante os anos de “inverno” estavam garantidos os roçados e as pastagens, práticas fortemente enraizadas entre os habitantes rurais do Semiárido. O problema da irrigação se situava, para Duque, na manutenção da capacidade de armazenamento de água dos reservatórios. “Mas, a zona da seca tem dois rios perenes: o São Francisco e o Parnaíba, e eles podem elevar muito a capacidade irrigatória do Nordeste desde que sejam providenciadas outras condições favoráveis à irrigação, além do solo e da água” (DUQUE, 2004, p. 197). A irrigação, para Guimarães Duque, poderia, ao desenvolver uma agricultura intensiva, aproveitando melhor a água e o solo existentes, contribuir, inclusive, para uma diminuição do desmatamento da caatinga, o que já vinha ocorrendo por conta do aumento populacional (a população do Semiárido nordestino em 1949, ano em que a obra citada foi publicada, era de 12,5 milhões de habitantes). A inexistência da irrigação estimulava a ocupação de novas terras de baixa produtividade para o uso agrícola, ocasionando o desmatamento, hoje a principal causa do avançado processo de desertificação do Semiárido nordestino.

Mais ainda, Guimarães Duque não era depositário de uma concepção conservadora que pretende eternizar a condição de pobreza e atraso numa sociedade idealizada cujo horizonte é o passado e que tem, provavelmente, Luiz Gonzaga como símbolo. Vejamos essa passagem escrita quando Guimarães Duque era Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, ainda na interventoria do ex-governador Rui Carneiro:

“Não é suficiente extrair o fruto da terra, não é mais a colheita em Kilos. (...) não é somente o custo da lavoura que determina, hoje, a explorabilidade, o valor econômico de uma espécie cultivada. Há a considerar a rapidez e a facilidade com que ela é transformada em moeda ou permutada por outro bem. A técnica de transportar e a arte de vender bem equivalem à ciência de produzir, na atualidade. Distribuir a riqueza criada - eis uma grande questão moderna. Produção estagnada é fator de desorganização financeira e de anemia econômica” (GUIMARÃES DUQUE, 1941, p. 14).

As preocupações fundamentais de Guimarães Duque foram com um desenvolvimento econômico que aproveitasse os recursos da ecologia do semiárido e com a distribuição da riqueza, o que o coloca, pelo menos quarenta anos antes, como precursor das preocupações ambientais de hoje. Apesar dos grandes esforços para promover a irrigação no Nordeste, principalmente após a criação da Sudene, ela não avançou. E por que esses projetos de irrigação não se viabilizaram? Manuel Correia de Andrade procura esclarecer esse fato:

“Esta ideia encontrou, naturalmente, oposição de grupos técnicos tradicionalistas e de grandes proprietários criadores de gado que se preocupavam em preservar a água dos açudes para os seus rebanhos e suar os solos que iam sendo descobertos pelas águas dos mesmos, à proporção que o nível baixava, para a chamada ‘agricultura de vasante’, feita em moldes tradicionais. Mesmo porque, nas secas, quando os pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra perdiam o que possuíam, era ocasião de compra por preços baixos de porções de terra que anexavam aos seus latifúndios. Assim, enquanto a seca flagelava a grande maioria de pobres remediados, enriquecia e ampliava a capacidade de concentração fundiária dos ricos.” (ANDRADE, 1994, p. 119-120)

Alguma semelhança com o debate dos dias de hoje? Ao contrário dos técnicos “tradicionalistas”, hoje temos técnicos “ambientalistas”, mas que pouco ou nada se diferenciam das posições de instituições como o Banco Mundial, no seu ranço antidesenvolvimentista. É impressionante como as propostas dos grupos contrários à transposição são semelhantes, para não dizer, as mesmas do Banco Mundial: primeiro, trabalhar alternativas antes de fazer investimentos com os custos de uma transposição; segundo, estabelecer um efetivo gerenciamento de águas antes de ligar as bacias; terceiro, assegurar a inclusão dos pobres (Banco Mundial, S/D). Não é o caso de discutir aqui o que significa “inclusão dos pobres” para o Banco Mundial, mas certamente isso não significa alterar as estruturas sociais e econômicas do semiárido, como a concentração da terra. Políticas compensatórias servem muito bem para mantê-los vivos e pacíficos.

Quanto aos “grandes proprietários criadores de gado” referidos por Manuel Correia de Andrade, hoje temos os grandes capitalistas agrários, de origens variadas, baianos e pernambucanos, gaúchos e japoneses, que querem manter o monopólio da exploração das águas do São Francisco e da produção de frutas à custa da absoluta ausência de alternativas para o semiárido, região de onde eles também extraem sua riqueza.

Quanto a Celso Furtado, o que manteve intocada a estrutura agrária do Semiárido nordestino foi especialmente a agricultura de subsistência, associada à grande concentração da propriedade rural. A apreciação original de Furtado deslocou o foco definitivamente dos fatores climáticos para a estrutura econômica e social. Nesse sentido, nunca é demais lembrar a importância que dava Celso Furtado à irrigação. Em uma entrevista de 1998, Furtado lembrou uma questão que para ele era extremamente relevante para o desenvolvimento do semiárido, que era a irrigação:

“Uma das maiores batalhas que tive na Sudene, provavelmente a mais completa derrota que tive, foi o projeto de *Lei da Irrigação*. Já para aprovar no conselho da Sudene foi um sacrifício. O projeto de irrigação dizia, basicamente, o seguinte: *o dinheiro posto pelo governo na irrigação tem de ser de interesse social, não é para reforçar o que existe na estrutura agrária. Portanto, tinha de haver desapropriação de terras antes que elas se valorizassem*” (FURTADO, 1998, p. 19).

Ou seja, a questão que permeou sempre as preocupações de Celso Furtado não foi o acúmulo da água, mas o seu uso e a sua distribuição, além do controle do solo como fator essencial para superar o mais grave problema da região: a concentração de renda e de terra e o problema da agricultura de subsistência. Manter intocada essa estrutura econômica, sem criar alternativas de desenvolvimento para a região é eternizar as condições de pobreza e atraso em que vivem as populações do semiárido, essa sim a responsável pela reprodução de um modelo perverso.

Em outro texto, este de 1984, Celso Furtado faz uma defesa enfática de alternativas econômicas para o semiárido, e, como sempre, procurava ter uma visão de conjunto sobre os óbices a serem enfrentados. O primeiro deles é, claro, a concentração da renda decorrente, especialmente, da concentração fundiária, e isso tem grandes impactos na economia regional devido à *sobreurbanização* causada pelas dificuldades cada vez maiores em manter a população pobre no campo. “Não tenho dúvida de que essa engrenagem voltará a produzir os mesmos resultados no futuro se, retomado o crescimento, não formos capazes de dotar a região de uma estrutura agrária capaz de assegurar uma melhora efetiva nas condições de vida da população rural, ou seja, orientada para a produção de alimentos de consumo geral. Quando falo de estrutura agrária refiro-me não apenas ao sistema de produção, mas também à comercialização” (FURTADO, 1984, p. 10). E mais à frente: “O objetivo [dessa nova política de desenvolvimento] terá de ser dotar a região de uma estrutura agrária que favoreça a elevação da renda real da massa dos agricultores e estimule estes a investir e absorver avanços técnicos” (id.) O outro lado da estratégia é a necessária industrialização da região, que vem a ser pré-requisito e elemento impulsionador do desenvolvimento regional. No entanto, também é condição para que o processo de desenvolvimento não reproduza o caráter antipopular do desenvolvimento brasileiro e nordestino, sendo, ao contrário, “instrumento de homogeneização social”, que a industrialização “se vincule amplamente ao mercado regional”. “Em outras palavras, é necessário que esta região se dote de um subsistema industrial capaz de autogerar o seu próprio crescimento apoiando-se na expansão da demanda interna.” (Ibid. p. 12). A grande questão a ser colocada é: como viabilizar tal projeto sem água?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O semiárido tem fornecido, desde fins do século passado, as imagens que compõem a identidade mais persistente do Nordeste: a seca, o atraso, a miséria, elementos essenciais para compreender o que Albuquerque Jr. (1999) chamou de “dizibilidade” e “visibilidade” sobre o Nordeste, e que fornecem, ainda hoje, os fundamentos que dão inteligibilidade à região nordestina e ao seu conceito. Para esse autor, a *invenção* do Nordeste pode ser datada com a realização do

Congresso Regionalista organizado por Gilberto Freyre, em 1926, quando, desde então, as construções discursivas centradas na seca e produzidas pelos vários campos intelectuais, especialmente artísticos, propiciaram um “discurso” sobre o Nordeste, conferindo-lhe, por fim, homogeneidade conceitual.

Entretanto, cabe ressaltar que, para além das apreciações estritamente acadêmicas sobre o que é o Nordeste e a apropriação política e ideológica da seca por parte dos grupos dominantes e dos intelectuais, este é um fenômeno climático cuja objetividade é verificável pelos efeitos sociais devastadores que ela intensifica, principalmente devido à estrutura da propriedade e da produção econômica do semiárido nordestino. Villa (2000) calculou em torno de 3 milhões as vítimas nordestinas da seca desde o século XIX até o início dos anos 1980. Eis um fato que transcende em muito qualquer discussão de cunho epistemológico sobre a seca ou sobre o Nordeste como uma invenção discursiva.

Ao defendermos aqui o projeto de Transposição do Rio São Francisco não pretendemos desconhecer o fato de que a seca e o seu “combate” foram largamente utilizados em seu benefício pelas oligarquias rurais do semiárido, configurando o que Oliveira (1985) chamou de “captura” do Estado por esses grupos desde o início do século XX até a criação da SUDENE. Isso não é nenhuma novidade pelo menos desde os anos 1940, quando Josué de Castro publicou o seu *Geografia da Fome*, tema que se popularizou definitivamente pelas reportagens de Antonio Callado sobre o Nordeste, em 1958, para o *Jornal da Manhã*, quando o termo “indústria da seca” foi cunhado. Como Celso Furtado lembra, as reportagens de Antonio Callado foram decisivas para mostrar que a SUDENE não poderia nascer como mais um órgão federal nas mãos das oligarquias nordestinas (FURTADO, 1989). O que tivemos antes da criação da SUDENE foi uma ampla mobilização dentro e fora do Nordeste para que ações efetivas do Estado viabilizassem as mudanças que a região precisava para romper com seu atraso secular, mobilização que foi abortada pelo Golpe de 1964. Mesmo após 1964, o processo de modernização do Nordeste continuou com o surgimento de diversificadas atividades econômicas e com o intenso processo de urbanização, além da “reciclagem” em parte desses grupos oligárquicos, que migraram para atividades urbanas que contavam com subsídios e incentivos do Estado, fato que se comprova com a redução da participação relativa da agropecuária na formação do PIB regional, que, em 1959, era de 40,2%, caindo para 15,9%, em 1985, enquanto aumentou substancialmente a participação da indústria e, principalmente, dos serviços (57,9%) (AFONSO E SILVA, 1995, p. 262). Esse processo engendrou uma nítida perda tanto de importância política quanto econômica desses grupos tradicionais, fato agravado pela violenta crise que se abateu sobre a região, especialmente sobre a economia algodoeira.

O fato de ter se intensificado nessas últimas décadas a concentração fundiária no Semiárido devido à ocorrência das secas, e se intensificado a concentração de renda e a pobreza, tudo isso indica que, mesmo em crise, esses setores rurais continuam a se beneficiar de uma estrutura arcaica que, mesmo no

século XXI, continua a se reproduzir. A ocorrência das secas continua a contribuir de maneira decisiva para a intensificação da concentração fundiária, que se agravou, principalmente por esse motivo, nas últimas décadas, ao passo que, sem o algodão, que era o que gerava uma pequena renda para os pequenos agricultores, a alternativa que restou, como sempre, foi a agricultura de subsistência ou a venda das terras (Araújo, 1995, pp. 136-137). Eis um ciclo que se reproduz por séculos no Semiárido nordestino.

Essa breve apreciação é relevante para demonstrar que se a transposição do Rio São Francisco por si só não possibilita as transformações sociais que o semiárido reclama, mas permite criar as condições para tal, assegurando acesso regular à água para as populações urbanas e rurais e para projetos de desenvolvimento, na cidade e no campo. É óbvio que, sem alterar substancialmente a estrutura fundiária da região, essas mudanças não acontecerão em profundidade.

Pelo menos, o projeto de transposição do Rio São Francisco reacendeu o debate sobre a problemática do semiárido, que se manteve relativamente esquecida nos últimos anos, abrindo, quem sabe, uma nova brecha para tornar essa (a urgente e necessária reforma agrária no Semiárido nordestino) uma questão nacional.

São Francisco river transposition and development alternatives: where does the northeastern semi-arid region go?

ABSTRACT

This paper aims at discussing the São Francisco River transposition project, in order to see it as part of a more global development project for the Northeastern semi-arid region. This is a region that has lived in an economic stagnation since the 1960s, and keeps unchanged archaic structures inherited from the colonial period. Therefore, the permanent water availability is crucial when thinking out economic alternatives to the semi-arid region. In this case, transposition is necessary to supply water to urban areas that already make up more than half of the regional population, and also for the urban and rural development projects.

Keywords: São Francisco River; transposition; Northeast Brazil, development, Semi-arid

BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luis Barros. *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1994). "Análise do semiárido nordestino e visão da seca". In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de; et. al. (Orgs.). *O GTDN – da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: UFPE, p. 114-124.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar (1995). "Nordeste, Nordestes. Que Nordeste?" In: AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luis Barros. *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP.
- BANCO MUNDIAL. Documento confidencial. S/D. Disponível em: www.cultiva.org.br/pdf/transposicao_do_rio_sao_francisco_parecer_do_banco_mundial.pdf Acesso: 12 de dezembro de 2007.
- BRASIL (2004). Ministério da Integração Nacional. RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília.
- FURTADO, Celso (1989) *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1984) "O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento". In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol 4, nº 3, Jul-Set. pp. 5-15.
- FURTADO, Celso. *Seca e poder - Entrevista com Celso Furtado*. Maria da C. Tavares, Manuel C. de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GUIMARÃES DUQUE, José. *Solo e água do polígono das secas*. Coleção Guimarães Duque. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.
- _____. *O homem e a produção*. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo da Paraíba, 1941. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003046.pdf>. Acesso: 12 de novembro de 2007.
- LIMA, João Policarpo Rodrigues e MIRANDA, Érico Alberto de A (2001). "Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade". In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, p. 611-632, novembro.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SUASSUNA, João (2002); *SEMIARIDO: proposta de convivência com a seca*. FUNDAJ. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/js070202.html>. Acesso em 25 de novembro de 2007.
- VILLA, Marco Antonio (2000). *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática
- WOLFF, M. *Desenvolvimento: para que e para quem?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- World Health Organization and UNICEF (2007). *Water for life: making it happen*. Genebra. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/waterforlife.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2007.